



## **Relatório e Contas**

**Dunas Capital - Gestão de Activos -  
Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.**

**31 de dezembro de 2016**

Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Sede: Largo Duque de Cadaval nº 17 – 1º andar- 1200-160 Lisboa

Telefone: +351 214 200 530 • Fax: +351 214 200 559

Capital Social: 1.206.000 euros

Número único de registo e de pessoa coletiva: 506 292 622

[www.dunascap.com](http://www.dunascap.com)

---

## ÍNDICE

### ÓRGÃOS SOCIAIS

#### RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Evolução da atividade

Proveitos de exploração

Custos de exploração

Expetativas para 2017

Factos relevantes após o termo do exercício

Proposta de aplicação dos resultados

Dívidas à Segurança Social

Agradecimentos

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

#### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

#### CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

---

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dr. André Magalhães Luiz Gomes

Secretário: Dra. Florbela de Almeida Pires

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes

Vogal: Dr. Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto

Vogal: Dr. Pedro Miguel Fernandes e Fernandes

### FISCAL ÚNICO E REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

Efetivo: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. (SROC nº 178)  
representada por Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

Suplente: Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016 da Dunas Capital – Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. ("Dunas Capital").

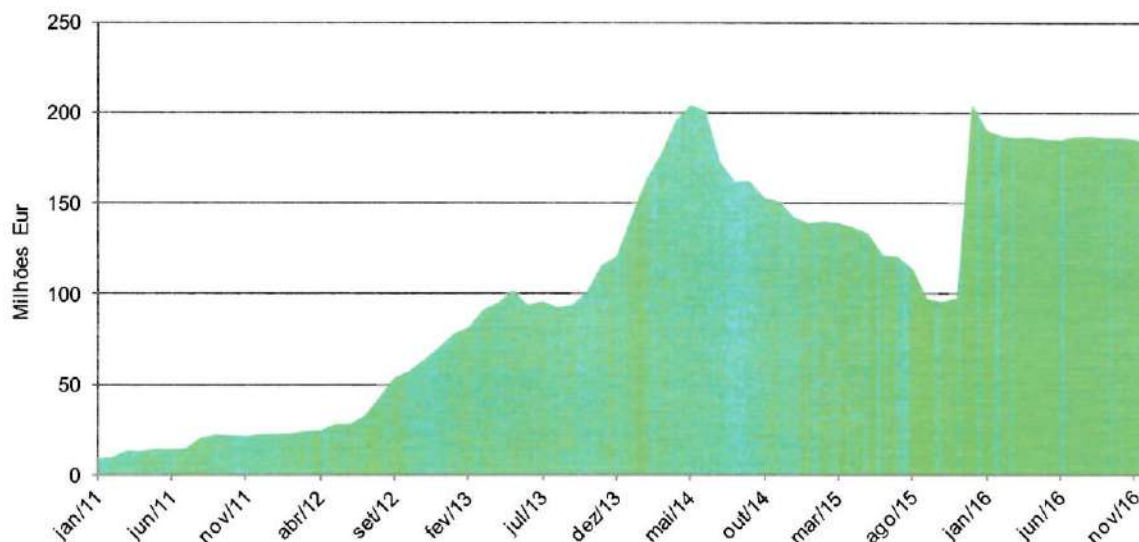
### EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Após o crescimento de ativos sob gestão, que se verificou no exercício de 2015, essencialmente por início de atividade do fundo de capital de risco, o ano de 2016 fica caracterizado por uma inversão nesta tendência com o volume total de ativos sob gestão a atingir o montante total de € 183.360.775 correspondente a um decréscimo de 10,59% face ao ano anterior.

De referir que no exercício de 2015 o valor de ativos sob gestão no âmbito da atividade de gestão de fundos de capital de risco, que ascendia a 98.358.512 euros, foi reexpresso nos presentes dados para o montante de 109.305.298 euros em virtude das alterações legislativas introduzidas pela Portaria nº 220/2015, de 24 de julho, relativamente à forma de apresentação, nas demonstrações financeiras, do valor líquido global do fundo, deixando de ser deduzido ao capital o montante do capital subscrito e não realizado pelos participantes.

O gráfico seguinte mostra a evolução do volume de ativos sob gestão nos últimos 5 anos:

**Evolução de ativos sob gestão**



O principal contributo para a evolução negativa dos volumes sob gestão veio da atividade gestão de fundos de investimento mobiliário, em Portugal, e da atividade de gestão discricionária. Por seu lado, com contributo positivo, o fundo de capital de risco viu os seus volumes aumentarem 2%.



O quadro seguinte descreve a evolução do volume de ativos sob gestão nas diferentes áreas:

	2016	2015	
Em Portugal:			
Organismos de Investimento Colectivo	46.226.992 €	61.294.424 €	-25%
Administração de valores	7.978.257 €	14.099.396 €	-43%
Fundo de Capital de Risco	111.435.849 €	109.305.298 €	2%
No Luxemburgo			
Investment Manager (Incometric Fund - Dunas Património)	17.719.677 €	20.390.738 €	-13%
	<b>183.360.775 €</b>	<b>205.089.856 €</b>	<b>-11%</b>

Em termos da atividade o ano fica caracterizado por:

a) Fundos mobiliários em Portugal

Os fundos mobiliários domiciliados em Portugal foram bastante penalizados pelo evento ocorrido no final de 2015 (retransmissão para o Banco Espírito Santo de algumas das obrigações não subordinadas que tinham passado, em 2014, para o Novo Banco no âmbito do processo de resolução daquela instituição) e pela continuação das condições, particulares, do mercado obrigacionista na Europa onde a intervenção levada a cabo pelo Banco Central Europeu manteve as *yields* em níveis muito baixos afetando decisivamente a rentabilidade expetável destes produtos e condicionando a sua capacidade de atração de novos investidores / subscritores em virtude da sua política de investimento ser essencialmente focada para investimentos em ativos de taxa fixa europeia e de curta maturidade.

Assim, em termos de ativos sob gestão, à semelhança da tendência já iniciada em 2014 após o processo de resolução do Banco Espírito Santo, o seu volume total reduziu-se 24,58% face ao ano anterior tendo consequentemente penalizado, por um lado, as receitas de comissão fixa e por outro, as rentabilidades obtidas pelos produtos não permitiram a cobrança de comissão variável.

Apesar de tudo o fundo Banco BIC Tesouraria, no final do ano, mantinha a classificação 5 estrelas Morningstar e continuou a ser o melhor da sua classe em Portugal com uma performance líquida de 0.98%.



A volatilidade e performance negativa verificada ao longo do primeiro trimestre do ano conduziram à perda da classificação 4 estrelas *Morningstar*. Atualmente o fundo tem a classificação de 3 estrelas *Morningstar*.

De referir que em termos de performance versus *peers* o fundo apresentava, de acordo com a *Morningstar*, no final de novembro de 2016 uma impressionante qualificação no primeiro quartil de análise em todas as maturidades até então (1M / 3M / 6M / 9M / YTD = 2,39%) não tendo, mesmo assim, atingido a rentabilidade necessária para permitir auferir de cobrança de comissão de performance.

Desapontante foi também o volume total subscrito através das entidades comercializadoras do fundo em Espanha (Alfunds e Inversis), que ficou muito aquém do inicialmente esperado.

A penetração neste mercado é a todos os títulos estratégico para o nosso crescimento futuro e para a afirmação da marca a nível ibérico (de salientar que o mercado doméstico espanhol de fundos de investimento mobiliário é 50 vezes maior que o português).

Em termos globais o volume de ativos sob gestão reduziu-se 13,10% face ao ano anterior tendo consequentemente penalizado, por um lado, as receitas de comissão fixa. Por outro, a rentabilidade obtida, não permitiu auferir de cobrança de comissão de performance.

O quadro seguinte demonstra a evolução do volume de ativos sob gestão do fundo desde o seu arranque:



c) Fundo de capital de risco

Foi o primeiro ano de atividade do Vega Fundo de Capital de Risco, o que representou um enorme desafio para toda a estrutura, em particular, a área de operações e *back-office*, com a necessidade de desenvolver processos e procedimentos para dar resposta a novas exigências de negócio, participantes do fundo e autoridades de supervisão.



No entanto, esta actividade é responsável por receitas líquidas de aproximadamente 445.000 €, o que permitiu equilibrar a conta de resultados da Sociedade, compensando em grande medida a perda de receitas da área de fundos de investimento mobiliário.

Ainda de salientar que a Dunas Capital definiu como vetor estratégico de desenvolvimento a constituição de uma área de imobiliário que permita dar resposta adequada às necessidades de serviço e produto resultante do atual boom de investimento essencialmente promovido por investidores internacionais.

Neste âmbito foi incorporada na sociedade uma nova diretora com elevada experiência em órgãos de gestão e administração de sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário e em sociedades de promoção e gestão imobiliária que será responsável pela coordenação, estruturação e desenvolvimento desta nova área de negócio.

#### PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO

No exercício de 2016 as comissões brutas ascenderam a € 1.532.874, o que representa um acréscimo de 0,97% face ao ano anterior, as quais descontadas de comissões pagas às entidades comercializadoras dos fundos e outras despesas com consultores se saldou num total de comissões líquidas de € 959.246, o que representou um decréscimo de 15,6% face ao exercício anterior.

#### CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

A atividade gerou, em 2016, custos de exploração num total de € 1.074.693, o que representou um acréscimo de 6,46% face a 2015 o quais resultam essencialmente do crescimento dos gastos com pessoal em consequência da decisão estratégica de desenvolvimento de uma área de imobiliário bem como do facto de, em Agosto de 2015, se ter reforçado a equipa de colaboradores do departamento de operações e contabilidade cujo custo nesse ano apenas se refere a 6 meses.

	2016	2015	Var. %
Custos com o pessoal	597.924 €	529.852 €	13%
Gastos gerais administrativos	452.882 €	456.141 €	-1%
Amortizações	23.888 €	23.517 €	2%
	<u>1.074.693 €</u>	<u>1.009.510 €</u>	6%

Relativamente aos gastos gerais administrativos manteve-se sensivelmente nos mesmos níveis do ano anterior.

Em conformidade, com o disposto na Lei nº 28/2009, de 19 de junho, complementado com os requisitos estipulados no Aviso nº 10/2011, de 29 de dezembro, informamos que as remunerações pagas no ano de 2016 aos membros dos órgãos de administração, fiscalização e colaboradores que exerçam as funções previstas no Aviso 5/2008 foram:

- i. Os elementos do Conselho de Administração, em número de três, auferem apenas remuneração mensal fixa a qual é paga catorze vezes no ano.

No exercício de 2016 o valor das remunerações fixas dos elementos do Conselho de Administração ascenderam a um total de € 202.790 não tendo sido atribuídas quaisquer remunerações variáveis.

#### EXPETATIVAS PARA 2017

A Dunas Capital continuará a desenvolver a sua atividade procurando através da qualidade de gestão demonstrada e das rentabilidades, que os seus produtos têm proporcionado aos clientes, continuar a aumentar consistentemente os volumes de ativos sob gestão e incrementar a oferta de produtos que melhor se adaptem às necessidades do mercado.

Temos expetativas elevadas que a progressiva alteração da política do Banco Central Europeu reporá alguma "normalização" no mercado de dívida permitindo que os nossos fundos, Banco BIC Tesouraria e Banco BIC Investimento, possam melhorar a sua rentabilidade mantendo o seu posicionamento de baixo/médio risco podendo assim apresentar-se aos investidores como uma boa alternativa de investimento permitindo o incremento dos seus volumes sob gestão e necessariamente o montante de comissões de gestão cobradas.

A nossa "aposta" / investimento na divulgação do fundo Incometric Fund Dunas Patrimonio a clientes institucionais espanhóis é para continuar. Acreditamos que a continuidade deste trabalho, a rede de contatos já estabelecida, o *track record* do fundo e a dimensão do próprio mercado permitirá, nos tempos mais próximos, obter resultados que se refletirão no incremento do volume total de ativos sob gestão do fundo e necessariamente contribuirá para o aumento substancial do valor de comissões auferidas pela sociedade.

Procuraremos consolidar a relação com os nossos parceiros, acompanhando e formando a sua rede comercial, identificando necessidades de novos produtos que possam servir à sua rede de clientes, de modo a compor um *portfolio* de oferta de produtos de investimento mais completa e diversificada, e assegurando a manutenção de uma elevada qualidade de gestão dos produtos que satisfaça os seus clientes. Estaremos sempre empenhados em estabelecer novas parcerias com novas redes de distribuição em Portugal e Espanha que nos permitam alargar a capacidade de divulgação e colocação dos nossos produtos junto de clientes finais.

Teremos um foco particular na melhoria e atualização da formação dos nossos gestores que nos permita continuar a manter a qualidade e os resultados obtidos até ao momento.

#### FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existiram factos relevantes após o termo do exercício.



### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração o Resultado Líquido negativo apurado no exercício de 2016 no montante de € 205.795,67 (negativo em duzentos e cinco mil, setecentos e noventa e cinco euros e sessenta e sete centimos), o Conselho de Administração propõe a sua transferência para resultados transitados.

### DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL

Não existem quaisquer dívidas à Segurança Social.

### AGRADECIMENTOS

No encerramento do exercício de 2016, o Conselho de Administração expressa o sincero agradecimento a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização dos objetivos de atividade definidos, e neste âmbito é devida uma palavra especial de agradecimento ao Banco BIC Português S.A., com quem se estabeleceu uma relação de parceria, no âmbito da atividade de gestão de fundos mobiliários, que muito nos honra.


A todos os nossos clientes agradecemos a confiança que depositam na nossa gestão, reiterando que procuramos diariamente corresponder à referida confiança com uma gestão profissional, independente e de valor acrescentado.

Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliário agradecemos o apoio e colaboração permanente.

Deixamos por último um enorme reconhecimento a todos os colaboradores pelo seu imenso esforço, dedicação e competência profissional.

Lisboa, 27 de Abril de 2017

  
Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes  
Presidente do Conselho de Administração

  
Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto  
Administrador

  
Pedro Miguel Fernandes e Fernandes  
Administrador



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 31 de dezembro de 2016  
(montantes expressos em euros)*

Activo						Passivo e Capital					
Designação	Notas / Quadros anexos	2016			2015	2015 Reexpresso		Notas / Quadros anexos	2016	2015	2015 Reexpresso
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor líquido 3 = 1 - 2							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	235	-	235	173	173		6	17.157	24.424	25.721
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	426.830	-	426.830	540.451	540.451		6	303	374	374
Activos financeiros disponíveis para venda	3	7.811	-	7.811	8.129	8.129		8	309.509	272.237	468.065
Outros activos tangíveis	4	261.059	170.153	90.906	108.501	108.501	Total de Passivo		326.969	297.035	494.160
Activos intangíveis	5	157.364	143.905	13.459	13.910	13.910	Capital	9	1.206.000	1.206.000	1.206.000
Activos por impostos correntes	6	9.576	-	9.576	56.021	56.021	Premios de emissão		9.250	9.250	9.250
Activos por impostos diferidos	6	58.409	-	58.409	48.292	48.292	Reservas de reavaliação		1.042	1.289	1.289
Outros activos	7	624.477	-	624.477	817.445	817.445	Outras reservas e resultados transferidos	10	(105.762)	37.704	37.704
							Resultado do exercício		(205.796)	41.844	(143.507)
							Total de Capital		904.734	1.295.887	1.110.736
<b>Total do Activo</b>		1.545.761	314.058	1.231.703	1.592.922	1.604.896	Total de Passivo + Capital		1.231.703	1.592.922	1.604.896

*perseguido*

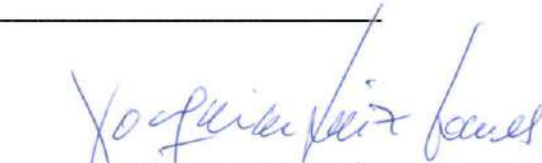
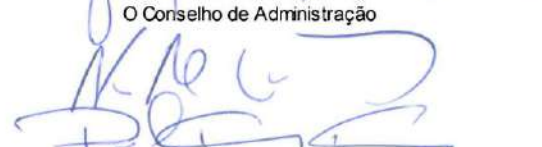
O Conselho de Administração

*[Signature]*

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015  
(Montantes Expressos em Euros)

Designação	Notas / Quadros anexos	2016	2015	2015 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	11	336	336	336
Juros e encargos similares	11	90	616	616
Margem Financeira		246	(280)	(280)
Rendimentos de serviços e comissões	12	1.532.874	1.518.105	1.518.105
Encargos com serviços e comissões	12	573.628	381.621	381.621
Resultados de reavaliação cambial	13	68	819	819
Outros resultados de exploração	14	(78.028)	(51.339)	(51.339)
Produto Bancário		881.531	1.085.683	1.085.683
Custos com pessoal	15	597.924	529.852	529.852
Gastos gerais administrativos	16	452.882	456.141	651.969
Amortizações do exercício	4 e 5	23.888	23.517	23.517
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	-	(2.694)	(2.694)
Resultado antes de impostos		(193.162)	78.867	(116.961)
Impostos				
Correntes	6 e 18	10.777	25.373	26.670
Diferidos	6 e 18	1.856	11.850	(124)
Resultado após impostos		(205.796)	41.644	(143.507)

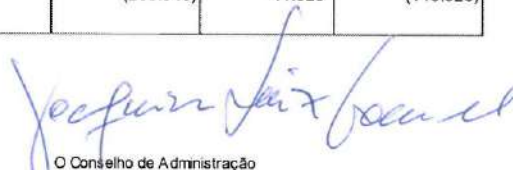

  
O Contabilista Certificado

  
O Conselho de Administração  


Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2016 e 2015  
(Montantes Expressos em Euros)

Rubricas	2016	2015	2015 Reexpresso
Resultado do período	(205.796)	41.644	(143.507)
Ganhos /Perdas brutas em títulos disponíveis para venda	(319)	11	11
Impostos diferidos	72	(27)	(27)
Ganhos e Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	(247)	(17)	(17)
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	(206.043)	41.628	(143.523)
Atribuído a:			
Acionistas da Dunas Capital SGFIM	(206.043)	41.628	(143.523)

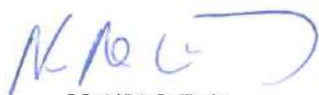
  
O Contabilista Certificado

  
O Conselho de Administração  


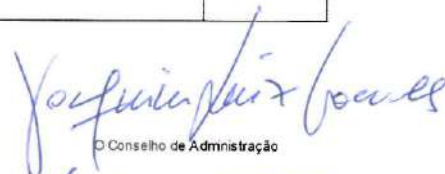
Demonstração da Variação nos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2016 e 2015  
(Montantes Expressos em Euros)

	Capital	Prémios de Emissão	Reservas Reavaliação	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldo em 31-12-2015	1.206.000	9.250	1.289	298.729	(261.025)	41.644	1.295.887
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	-	41.644	(41.644)	-
Outra alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	(185.110)	-	(185.110)
Rendimento Integral do exercício	-	-	(247)	-	-	(205.796)	(206.043)
Saldo em 31-12-2016	1.206.000	9.250	1.042	298.729	(404.491)	(205.796)	904.734

	Capital	Prémios de Emissão	Reservas Reavaliação	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldo em 31-12-2014	1.206.000	9.250	1.306	298.729	(1.345.251)	1.084.226	1.254.259
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	-	1.084.226	(1.084.226)	-
Rendimento Integral do exercício	-	-	(17)	-	-	41.644	41.628
Saldo em 31-12-2015	1.206.000	9.250	1.289	298.729	(261.025)	41.644	1.295.887



O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

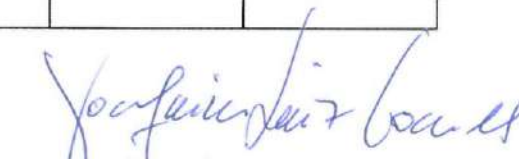
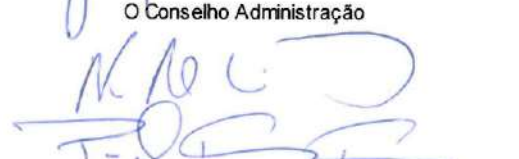




Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2016 e 2015  
(Montantes Expressos em Euros)

	2016	2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Juros e comissões recebidos	1.775.334	2.224.490
Juros e comissões pagos	(527.079)	(604.782)
Recebimento do imposto s/ rendimento	27.145	(160.867)
Pagamentos ao pessoal	(575.619)	(514.764)
Outros pagamentos operacionais	(801.997)	(644.840)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	(102.216)	299.238
Diminuições (Aumentos) dos ativos operacionais		
Ativos financeiros disponíveis para venda	336	336
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	336	336
Fluxo das atividades operacionais (1)	(101.880)	299.574
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Diminuições (Aumentos) de outros ativos tangíveis	(7.306)	(103.300)
Diminuições (Aumentos) de outros ativos intangíveis	(4.440)	(6.660)
Fluxo das atividades de investimento (2)	(11.746)	(109.960)
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2)	(113.626)	189.613
Efeito das diferenças de câmbio	68	819
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	540.624	350.192
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	427.066	540.624

  
O Contabilista Certificado

  
O Conselho Administração  




## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2016  
(Montantes Expressos em Euros)

### INTRODUÇÃO

As Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos Investimento Mobiliário, S.A. tem por objecto social as actividades legalmente consentidas às Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário e de Patrimónios, incluindo a administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros e a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos.

### 1. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 1.1. Base de Apresentação de Contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº1/2005 designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA"), que têm por como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias definidas nos n.º 2 e 3 do Aviso 1/2005 do Banco Portugal (NCA).

Em 7 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal, por intermédio do Aviso 5/2015, veio revogar o Aviso 1/2005, determinando que, em relação a cada exercício financeiro com início em ou após 1 de janeiro devem ser elaboradas as Demonstrações Financeiras em base individual e as Demonstrações Financeiras em base consolidada, quando aplicável, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC).

Contudo, no artigo 3.º do Aviso/2015, o Banco de Portugal permite um período de transição até 31 de dezembro de 2016, para determinadas instituições entre as quais se encontram as sociedades financeiras, razão pela qual a Dunas Capital apresenta as suas demonstrações financeiras de acordo com as normas de contabilidade que lhes eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2015, nos termos em que vigoravam nessa data.

#### 1.2. Alterações de políticas contabilísticas

##### 1.2.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

### 1.2.2. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

#### **IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação**

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 22-09-2016

Data de publicação: 23-09-2016

#### **IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas**

O objetivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, joint-ventures e associadas passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.

Consequentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativas a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 18-12-2015

Data de publicação: 23-12-2015



## **IAS 1 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 1**

Estas alterações clarificam, em vez de alterar significativamente, os requisitos atuais da IAS 1. As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

### Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

### Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota-parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

### Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

### Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem

estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respectivas políticas significativas ou outras notas.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. As entidades não necessitam de divulgar a informação exigida pelos parágrafos 28 a 30 da IAS 8 em relação a estas emendas.

Data de endosso: 18-12-2015

Data de publicação: 19-12-2015

#### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014**

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

##### **IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas**

Esta melhoria clarifica que a alteração de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo, e, portanto, não há interrupção dos requisitos exigidos pela IFRS 5.

A aplicação deve ser prospetiva.

##### **IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações**

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

A aplicação deve ser retrospectiva.

##### **IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar**

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex.: Relatório de gestão ou relatório de risco). No



entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de intercalares estão incompletas se os respectivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

A aplicação deve ser retrospectiva.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 15-12-2015

Data de publicação: 16-12-2015

#### **IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos**

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 2-12-2015

Data de publicação: 3-12-2015

#### **IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas**

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota-parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 24-11-2015

Data de publicação: 25-11-2015

1.2.3. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Já endossadas pela UE

**IFRS 9 Instrumentos financeiros**

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

**Classificação e mensuração de ativos financeiros**

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

**Classificação e mensuração dos passivos financeiros**

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.



- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

#### Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

#### Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva.

Data de endosso: 22-11-2016

Data de publicação: 29-11-2016

#### **IFRS 15 Rédito de contratos com clientes**

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requer que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *modified retrospective approach*.

Data de endosso: 22-09-2016

Data de publicação: 29-10-2016



### Ainda não endossadas pela UE

#### **IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas**

Esta norma permite que uma entidade, cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

#### **IFRS 16 Locações**

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requer que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “*right-of-use*” ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *modified retrospective approach*.

#### **IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto**

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida.

#### **IAS 12 Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas – alterações à IAS 12**

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu valor contabilístico.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado), sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As



entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

#### **IAS 7 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 7**

As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. É permitida a aplicação antecipada. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

#### **Clarificações à IFRS 15:**

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma. São as seguintes as emendas introduzidas:

- Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato
- Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como reestruturar os indicadores
- Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo
- Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (*sales-based*) e baseados na utilização (*usage-based*) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato
- Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na *full retrospective approach*; e (b) modificações de contratos na transição

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *modified retrospective approach*.

## **IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração**

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da consideração, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Uma empresa pode aplicar esta interpretação numa base de aplicação retrospectiva total. Alternativamente pode aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou após:

- (i) O início do período de reporte no qual a entidade aplica pela primeira vez a interpretação; ou
- (ii) O início do período de reporte apresentado como período comparativo nas demonstrações financeiras do exercício em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação.

A adoção antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

## **Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)**

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para refletir as condições que existiam a essa data.

A aplicação retrospectiva só é permitida se possível aplicá-la sem que a mesma seja afetada por acontecimentos que ocorreram posteriormente à data da sua aplicação.

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.



## **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016**

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu cinco melhorias em três normas cujos resumos se apresentam de seguida:

### **IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS**

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

### **IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento**

A melhoria veio clarificar que:

- Uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint ventures ao justo valor através de resultados.
- Se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint venture que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.

Estas melhorias devem ser aplicadas retrospectivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018. É permitida a adoção antecipada desde que devidamente divulgada.

### **IFRS 12 Divulgações de interesses em outras entidades**

Esta melhoria veio clarificar que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, joint ventures ou associadas (ou parte do seu interesse em joint ventures ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que está classificado) como detidas para venda.

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 e deve ser aplicada retrospectivamente.

### 1.3 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspetos relevantes, com os do exercício anterior.

### 1.4 Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ativos Financeiros disponíveis para venda são analisados quando existem indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto a sociedade considera um declínio significativo, uma variação de 20% na valorização dos títulos ocorrido durante o prazo máximo de um ano.

### 1.5 Outros Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo da aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a taxas calculadas para que o valor dos bens seja reintegrado durante a sua vida útil estimada. O custo de aquisição é amortizado durante os seguintes períodos de vida útil:

Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	8 anos

### 1.6 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo da aquisição, deduzido das amortizações. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo da vida útil estimada dos ativos, que actualmente é de 3 anos.

### 1.7 Outros Ativos

Os outros Ativos são reconhecidos ao Justo valor. A imparidade é estabelecida quando há evidência de que a entidade não receberá a totalidade ou parte do montante em dívida. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.



#### 1.8 Outros Passivos

Os outros passivos são registados pelo seu valor nominal.

#### 1.9 Caixa e Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

A Caixa e disponibilidades em Outras Instituições de Crédito incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo de elevada liquidez e com maturidades iniciais até três meses.

#### 1.10 Rendimentos de Comissões

Os rendimentos de comissões auferidos pela sociedade são determinados tendo em consideração o estabelecido nos regulamentos de gestão, nos contratos de gestão discricionária, e nos contratos de consultoria de investimento, consoante se trate de comissões de gestão de fundos de investimento, Administração de Valores ou serviços de consultoria ao investimento respetivamente. Estes proveitos são reconhecidos no exercício a que respeitam independentemente do seu recebimento.

#### 1.11 Impostos sobre o Rendimento (correntes e diferidos)

O custo com impostos sobre o rendimento corresponde ao imposto corrente. O imposto corrente é apurado com base na taxa legal em vigor.

A sociedade encontra-se sujeita ao Imposto s/ Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta de IRC, assim apurado, acresce ainda derrama e tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipem estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitem o seu aproveitamento. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados.

A Sociedade regista impostos diferidos activos, relacionados com a valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). É expetativa da Sociedade que eventuais correções resultantes de processos de revisão das declarações fiscais e eventuais inspeções futuras por parte das Autoridades fiscais, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.



### 1.12 Reconhecimento de Outros Custos e Proveitos

Os outros custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

### 1.13 Valores Administrados pela Instituição

Os títulos registados na conta “95 - Responsabilidades por prestação de serviços” são valorizados de acordo com as seguintes regras:

- i. Os valores mobiliários admitidos à cotação são valorizados diariamente, com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação disponível;
- ii. As unidades de participação dos fundos de investimento que compõem a carteira são valorizadas de acordo com a periodicidade de valorização do fundo (diária, semanal ou mensal), com base no valor conhecido e divulgado pela respetiva Entidade gestora no dia de valorização dos Fundos, e disponível no momento de referência;

## 2. Caixa e Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Caixa	235	173
Depósitos à Ordem	426.830	540.451
	<u>427.066</u>	<u>540.624</u>

## 3. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Em 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Títulos - Investimento – De dívida pública portuguesa	<u>7.811</u>	<u>8.129</u>

Os ativos que compõem a carteira de títulos - investimento são:

Título	Quantidade	Valor Nominal	Valor Médio	Valor de Cotação	Valor de Balanço
OT 4,80% JUN 2020 (ISIN: PTOTECOE0029)	700.000	0,01	0,92357	1,11585	7.811

Estes títulos encontram-se a garantir o Sistema de Indemnização aos Investidores, de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/99 de 22 de Junho e Regulamento n.º 2 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 20 de Janeiro de 2000.

4. Outros Ativos Tangíveis

Contas	Saldo do Exercício Anterior		Movimento no Período					Saldo Final (Valor Líquido)	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aumentos		Transferências	Amortizações do Exercício	Regularizações		Abates
			Aquisições	Reavaliações					
Outros Ativos Tangíveis									
Imóveis									
De serviços próprio	-	-		-		-	-	-	-
Obras em imóveis arrendados	89.928	3.389		-		8.993	-	-	-
Outros imóveis	-	-		-		-	-	-	-
Equipamento									
Mobiliário e material	19.894	19.894		-		-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	19.228	18.563		-		-	-	-	-
Equipamento informático	47.056	44.029	1.401	-		258	-	-	408
Instalações interiores	15.314	14.953	-	-		1.369	-	-	3.060
Material de transporte	24.990	8.851	-	-		361	-	-	-
Equipamento de segurança	790	790	-	-		6.248	-	-	9.892
Outro equipamento	-	-	-	-		-	-	-	-
Ativos em locação financeira									
Imóveis	-	-	-	-		-	-	-	-
Equipamento	42.458	40.689	-	-		1.769	-	-	-
Outros ativos em locação financeira	-	-	-	-		-	-	-	-
Total	259.657	151.156	1.401	-	-	18.996	-	-	90.906



5. Ativos Intangíveis

Contas	Saldo do Exercício Anterior		Movimento no Período					Saldo Final (Valor Líquido)
			Aumentos		Transferências	Amortizações do Exercício	Regularizações	Abates
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliações				
Outros Ativos Intangíveis								
Sistema de tratamento automático de dados (Software)	131.264	131.264	-	-	11.100	3.391	-	-
Ativos intangíveis em curso	6.660	-	4.440	-	(11.100)	-	-	-
Outros ativos intangíveis	15.000	7.750	-	-	-	1.500	-	-
Total	152.924	139.014	4.440	-	-	4.891	-	-
								13.459

## 6. Ativos e Passivos por Impostos Correntes e por Impostos Diferidos

No exercício de 2016 foram faturados à Dunas Capital honorários de serviços, prestados pela sociedade de advogados Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados, anteriores a 1 de janeiro de 2016, no âmbito do processo de estruturação, aprovação e constituição do fundo VEGA FCR os quais foram refletidos, pela sua natureza, em resultados transitados (Nota 10).

Desta alteração resultam impactos fiscais que têm como consequência um adicional do imposto corrente, no montante de 1.257 euros, por alteração das taxas de tributação autónoma e anulação da coleta e da derrama, na sequência do apuramento de um resultado fiscal negativo, e na anulação do anterior consumo do imposto diferido por prejuízos fiscais que se encontrava registado, no montante de 11.974 euros (Nota 10).

Decorrente desta alteração as demonstrações financeiras do exercício de 2016 e respetivas notas, divulgadas no presente relatório e contas, são apresentadas expressando a sua comparação com as contas aprovadas do exercício de 2015 e com a reexpressão do resultado de 2015 fruto da contabilização dos honorários acima referidos, relativamente às rubricas fiscais onde tal reexpressão teve impacto, os quais se descrevem seguidamente:

### Ativos por impostos correntes

	2016	2015	2015 Reexpresso
Ativos por impostos correntes			
Pagamentos por conta	3.218	49.663	49.663
Pagamento especial por conta	6.274	6.274	6.274
Retenção na fonte	84	84	84
	<u>9.576</u>	<u>56.021</u>	<u>56.021</u>
Passivos por impostos correntes			
IRC a pagar 2016	10.736	24.424	24.424
IRC a pagar 2015 - Substituição	6.421	-	1.297
	<u>17.157</u>	<u>24.424</u>	<u>25.721</u>

	Demonstrações Financeiras 2015		Modelo 22 - 2015			Notas
	Inicial	Reexpresso	Inicial	Substituição	Impacto	
Resultado fiscal	81.454	(114.374)	81.976	(113.851)		
Consumo de PF de 2012	(57.018)	-	(57.383)	-	(57.383)	
Matéria Colectável	24.436	-	24.593	-		
Coleta	5.132	-	5.165	-	5.165	Adicional do imposto
Pagamento especial por conta	(5.132)	-	(5.165)	-	(5.165)	Reconhecimento no ativo
Retenções na fonte	(84)	(84)	(84)	(84)	-	
Pagamentos por conta	(49.663)	(49.663)	(49.663)	(49.663)	-	
Derrama	1.222	-	1.230	-	1.230	Adicional do imposto
Tributações autónomas	18.070	25.721	18.070	25.721	(7.651)	Adicional do imposto
Total imposto	<u>(30.455)</u>	<u>(24.026)</u>	<u>(30.447)</u>	<u>(24.026)</u>	<u>(6.421)</u>	



Ativos por impostos diferidos

	2016	2015	2015 Reexpresso
Ativos por impostos diferidos			
Provisões sobre Devedores	-	1.856	1.856
Prejuízos Fiscais	58.409	46.436	58.409
	<u>58.409</u>	<u>48.292</u>	<u>60.266</u>
Passivos por impostos diferidos			
Instrumentos Financeiros	303	374	374

O movimento na rubrica de impostos diferidos foi como segue:

	2015	2015 Reexpresso	2016 Capitais Próprios	Resultados	Saldo Final
Instrumentos Financeiros	(374)	(374)	72	-	(303)
Provisões sobre Devedores	1.856	1.856	-	(1.856)	-
Prejuízos Fiscais	46.436	58.409	11.974	-	58.409
	<u>48.292</u>	<u>60.266</u>	<u>11.974</u>	<u>(1.856)</u>	<u>58.409</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Dunas regista o montante de 58.409 euros de imposto por prejuízos fiscais, correspondente aos prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013, no montante agregado de 278.139 euros.

Relativamente aos prejuízos fiscais de 2015 e 2016, no montante agregado de 306.618 euros a Dunas Capital, por prudência e tendo em consideração a incerteza da evolução da atividade para os próximos anos, decidiu não registar o imposto diferido ativo por prejuízos fiscais, no montante agregado de 64.390 euros.

Decorrente das correções de exercícios anteriores efetuadas em resultados transitados e da reexpressão do resultado do exercício de 2015, foi anulado o anterior consumo de imposto diferido por prejuízos fiscais registado, no montante de 11.974 euros.

Igualmente, procedeu-se à anulação do imposto diferido, no montante de 1.856 euros, relativo à provisão para dívida de terceiros extinta em 2016.



## 7. Outros Ativos

Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Devedores e outras aplicações		
Sector Publico e Administrativo - IVA a recuperar	-	1.903
Devedores e credores diversos	475.708	436.453
	<u>475.708</u>	<u>438.356</u>
Rendimentos a receber		
Por administração de valores	-	10.510
Por organismos de investimento colectivo	62.544	99.935
Por fundos de capital de risco	13	201.343
Por serviços de consultoria	50.052	33.714
Outros rendimentos a receber	1.836	-
	<u>114.446</u>	<u>345.502</u>
Despesas com encargos diferidos		
Seguros	3.772	3.131
Outras rendas	27.244	27.218
Informações	3.307	3.238
	<u>34.323</u>	<u>33.587</u>
	<u>624.477</u>	<u>817.445</u>

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de devedores e credores diversos regista os saldos com as entidades relacionadas e a rubrica de rendimentos a receber regista o valor das comissões a receber que serão liquidadas no ano de 2017.

Na rubrica de devedores e credores diversos, encontra-se registado o montante de 56.375 euros, correspondente à fatura emitida, em Dezembro de 2016 à empresa-mãe, Dunas Capital S.A. (Nota 14), que foi parcialmente liquidada no primeiro trimestre de 2017 e o montante de 419.432 euros referente a saldos com outras entidades relacionadas (Nota 21).

No âmbito do saldo com outras entidades relacionadas é de salientar a redução do saldo com as empresas do perímetro do VEGA FCR, no montante de 72.488 euros, e o aumento líquido do saldo com acionistas no montante de 62.145 euros.

Não existindo qualquer expectativa de recuperação de uma dívida de terceiros, no montante de 8.251 euros, procedeu-se em 2016 à extinção da mesma e à anulação da respetiva provisão anteriormente registada.

A rubrica de despesas com encargos diferidos inclui as transações para às quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorram mas que devem ser reconhecidos nos resultados dos períodos seguintes.

## 8. Outros Passivos

Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Credores e outros recursos		
Sector publico e administrativo - IVA a pagar	20.079	-
Sector público administrativo - Retenção de impostos na fonte	18.809	10.329
Sector público administrativo - contribuições para a segurança social	16.386	10.592
Fornecedores de bens de locação financeira	-	5.836
Outros fornecedores	45.034	74.586
	<u>100.308</u>	<u>101.343</u>
Encargos a pagar		
Por gestão de organismos de investimento coletivo	39.506	57.444
Por gestão de fundos de capital de risco	66.398	1.890
Por gastos com pessoal	76.226	66.623
Por gastos gerais administrativos	27.071	44.937
	<u>209.201</u>	<u>170.894</u>
	<u>309.509</u>	<u>272.237</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica de encargos a pagar por gestão de fundos de capital de risco, corresponde ao montante não faturado das comissões devidas no âmbito de contratos de consultoria, celebrados com entidades terceiras, no âmbito de apoio ao desenvolvimento da atividade do VEGA FCR.

## 9. Capital

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital social é constituído por 1.206.000 acções, de valor nominal de 1,00 Euro por ação, encontrando-se totalmente realizado.

## 10. Resultados Transitados

Nos termos da aprovação de contas do ano de 2015, foi transferido para a rubrica de resultados transitados o resultado líquido do exercício anterior, no montante de 41.644 Euros.

Foi no exercício de 2016 registado nesta rubrica, correções relativas ao exercício anterior, o montante de 195.828 Euros referente a honorários com os advogados no âmbito dos serviços prestados para a constituição do fundo VEGA FCR e o respetivo impacto fiscal líquido positivo de 10.717 euros (Nota 6).

11. Juros e Rendimentos Similares

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros	336	336
Juros e encargos similares	(90)	(616)
	<u>246</u>	<u>(280)</u>

12. Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Rendimentos de comissões		
Por administração de valores	-	70.059
Por gestão de organismos investimento coletivo	332.094	633.455
Por serviços de consultoria	299.478	457.597
Por gestão de fundos de capital de risco	799.662	201.343
Outras comissões recebidas	101.641	155.651
	<u>1.532.874</u>	<u>1.518.105</u>
Encargos com comissões		
Por gestão de organismos investimento coletivo	218.274	372.217
Por gestão de fundos de capital de risco	354.028	1.890
Outros serviços bancários prestados	1.326	7.515
	<u>573.628</u>	<u>381.621</u>

Os rendimentos de comissões por administração de valores, corresponde à remuneração da sociedade, pela sua atividade de gestão individualizada de carteiras. Esta comissão é calculada diariamente sobre o valor de cada carteira, por aplicação de uma taxa definida nas respetivas condições particulares de cada contrato de gestão e registado na rubrica de "Rendimentos de Serviços e Comissões" da Demonstração dos Resultados.

No exercício findo de 2016, em virtude da elevada volatilidade dos mercados ocorrida no primeiro trimestre do ano, foi definido pelo Conselho de Administração da Sociedade não proceder à cobrança de comissões de gestão fixa, no âmbito da atividade de gestão discricionária.

Adicionalmente, os rendimentos por gestão de organismos de investimento coletivo, corresponde à remuneração da sociedade pela gestão dos fundos mobiliários domiciliados em Portugal. Esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão, sobre o património líquido dos fundos, sendo registado na rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões" da Demonstração dos Resultados.

Os rendimentos por gestão de fundos de capital de risco, corresponde à remuneração da sociedade pela gestão do VEGA FCR e é calculada por aplicação da taxa definida no regulamento de gestão sobre o valor do capital subscrito.



Os rendimentos de comissões por serviços de consultoria correspondem à remuneração da sociedade pelos serviços de consultoria para investimento que foram prestados a clientes institucionais nacionais e estrangeiros.

Os rendimentos de outras comissões recebidas, corresponde a comissões recebidas pela execução de operações no mercado de capitais.

Os encargos com comissões por serviços prestados por terceiros em organismos de investimento coletivo, corresponde à comissão paga no âmbito dos contratos de parceria celebrados com terceiras entidades, para a gestão do património dos fundos.

### 13. Resultados em Operações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Ganhos em diferenças cambiais	7.021	13.424
Perdas em diferenças cambiais	(6.954)	(12.605)
	<u>68</u>	<u>819</u>

### 14. Outros Resultados de Exploração

Em 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Outros Encargos		
Rendas de locação operacional	-	10.693
Sistema de Indemnização aos Investidores	1.500	500
Quotizações e donativos	15.100	10.865
Outros encargos e gastos operacionais	6	5.787
Outros impostos	96.754	25.130
	<u>113.359</u>	<u>52.975</u>
Outros Rendimentos		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	35.331	1.635
	<u>(78.028)</u>	<u>(51.339)</u>

A rubrica de outros impostos, regista um aumento significativo do IVA suportado, decorrente da substancial alteração na estrutura de proveitos da sociedade, nomeadamente, do rácio pro-rata das atividades sujeitas a IVA e das atividades isentas.

Na rubrica de outros resultados de exploração, encontra-se registado o montante de 45.841 (Nota 7), referente à faturação dos encargos com os serviços realizados na área jurídica e de consultoria, suportados pela Dunas Capital – Gestão de Activos – SGFIM, SA, no âmbito dos processos *due diligence* para aquisição de participações financeiras em sociedades gestoras de fundos.

Igualmente, de acordo com a deliberação da administração, procedeu-se à anulação da comissão de gestão discricionária do ano anterior, no montante de 10.510 euros.

15. Gastos com Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	208.644	238.294
Remuneração dos empregados	263.164	192.919
Encargos sociais		
Segurança social	111.370	92.266
Outros encargos sociais	5.233	4.192
Outros custos com pessoal	9.513	2.181
	<u>597.924</u>	<u>529.852</u>

No exercício de 2015 a remuneração dos órgãos de gestão inclui o prémio pago aos administradores, no montante de 35.250 euros. Em 2016, a remuneração dos órgãos de gestão apenas corresponde ao vencimento base, o qual não regista quaisquer alterações face ao ano anterior.

O aumento da rubrica de gastos com a remuneração dos empregados, decorre da admissão de novos funcionários, para reforço da equipa de colaboradores do departamento de operações e contabilidade (incorporado em Agosto de 2015) e em consequência da decisão estratégica de desenvolvimento de uma nova área de imobiliário.

Nos outros custos com pessoal, encontra-se registado o montante suportado com a indemnização paga por rescisão contratual, no montante de 6.950 euros.

16. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Água, energia e combustíveis	6.671	12.691
Material de consumo corrente	11.203	13.025
Outros fornecimentos e serviços	8.136	9.030
Rendas e alugueres	85.974	53.845
Comunicações	9.630	9.749
Deslocações, estadas e representação	48.937	61.089
Publicidade	80	5.000
Conservação e reparação	5.481	3.280
Transportes	-	1.240
Formação	200	823
Seguros	2.187	1.605
Serviços Especializados		
Avenças e Honorários	75.493	65.900
Judiciais contencioso e notariado	1.300	12.137
Informática	23.183	23.262
Segurança e limpeza	2.801	3.017
Informações	61.354	59.583
Bancos de dados	360	480
Consultores externos	47.035	37.515
Auditores externos	14.850	13.800
Outros		-
Serviços Jurídicos e Financeiros <sup>(1)</sup>	32.084	59.522
Outros	15.922	9.548
	<u>452.882</u>	<u>456.141</u>

(1) Na Demonstração de Resultados, onde se encontra explicitada a reexpressão de 2015, está refletido nesta rubrica os honorários com advogados incorridos no âmbito da estruturação, aprovação e constituição do VEGA FCR (Nota 10)

A estrutura dos gastos gerais administrativos não regista alterações significativas face ao exercício anterior.

17. Reposições de provisões

Em 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Outras provisões	-	(2.694)

Em 2015, esta rubrica regista a reversão da provisão anteriormente registada, no âmbito da liquidação adicional do valor em dívida da MF Global.



# 18. Imposto sobre o Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015	2015 Reexpresso
Imposto corrente			
Imposto do exercício	10.736	24.424	25.721
Insuficiência da estimativa para impostos exercícios anteriores	41	949	949
	<u>10.777</u>	<u>25.373</u>	<u>26.670</u>
Imposto diferido	1.856	11.850	(124)

O detalhe da rubrica do imposto corrente é apresentado seguidamente:

	Demonstrações Financeiras			Modelo 22 - 2015	
	2016	2015	2015 Reexpresso	Inicial	Substituição
Lucro/Prejuízo contabilístico	(193.162)	78.867	(116.961)	78.867	(116.961)
A acrescer					
Aluguer de viaturas	-	1.148	1.148	1.148	1.148
Juros compensatórios, multas e coimas	-	64	64	64	64
Correcções exercícios anteriores	68	-	-	-	-
Donativos	1.000	-	-	-	-
Amortizações não aceites fiscalmente	727	4.364	4.364	4.364	4.364
A deduzir					
Benefícios fiscais	(1.400)	(296)	(296)	(296)	(296)
Reversão de provisões tributadas	-	(2.694)	(2.694)	(2.172)	(2.172)
Lucro/Prejuízo fiscal	<u>(192.767)</u>	<u>81.454</u>	<u>(114.374)</u>	<u>81.976</u>	<u>(113.851)</u>
Prejuízos fiscais dedutíveis	-	(57.018)	-	(57.383)	-
Coleta	-	5.132	-	5.165	-
Pagamentos especial por conta	-	-	-	(5.165)	-
Pagamentos por conta	-	-	-	(49.663)	(49.663)
Retenções	-	-	-	(84)	(84)
Derrama Municipal	-	1.222	-	1.230	-
Tributação autónoma	10.736	18.070	25.721	18.070	25.721
Estimativa de IRC / Imposto a pagar	<u>10.736</u>	<u>24.424</u>	<u>25.721</u>	<u>(30.447)</u>	<u>(24.026)</u>
Correcções de impostos exercícios anteriores	41	949	949		
	<u>10.777</u>	<u>25.373</u>	<u>26.670</u>		

19. Relato por Segmentos

No relato por segmentos, com referência a 31 de Dezembro de 2016, a segmentação por áreas de negócio é representada por: 19,5% em Consultoria, 21,7% em Fundos de Investimento e 52,2% em Fundos de Capital de Risco e 6,6% em Comissões e Retrocessões. Na segmentação por áreas geográficas os proveitos realizados nos diferentes mercados representam: 78% em Portugal e 22% no Mercado Europeu.

20. Rubricas Extrapatrimoniais

Montante dos compromissos assumidos

A rubrica extrapatrimonial "Compromissos perante terceiros" regista, em 31 de Dezembro de 2016, a responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, apurado nos termos da regulamentação aplicável, relativamente aos fundos administrados pela Sociedade, no montante de 252 Euros.

Valores administrados pela Sociedade

Em 31 de Dezembro de 2016 a Sociedade administrava fundos em nome próprio e por conta de outrem de acordo com a seguinte composição:

	2016	2015
Gestão de Patrimónios	7.978.257	14.099.396
Organismos de Investimento Colectivo	46.226.992	61.294.424
Fundos de Capital de Risco <sup>(1)</sup>	111.435.849	109.305.298
	<u>165.641.098</u>	<u>184.699.118</u>

<sup>(1)</sup> As alterações introduzidas pela Portaria nº 220/2015, de 24 de julho, aos modelos das demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC, aplicáveis aos períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, alteraram a forma de apresentação do Valor Líquido Global do Fundo, deixando de ser deduzido ao capital o montante do capital subscrito e não realizado pelos participantes. Assim, o montante de 109.305.298 acima apresentado, relativamente ao montante administrado de fundos de capital de risco no ano de 2015, corresponde à reexpressão do montante de 98.358.512 euros, apresentado no ano anterior resultante das alterações anteriormente referidas.

## 21. Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016, os saldos com entidades relacionadas têm a seguinte composição:

	Comissões	Saldo em 31-12-2016
Fundo Mobiliário - Banco BIC Tesouraria	173.254	38.812
Fundo Mobiliário - Banco BIC Investimento	63.872	14.860
Fundo Mobiliário - Banco BIC Brasil	94.968	8.873
Fundo Capital de Risco - VEGA	799.662	13
Administradores	-	169.542
Zedh Capital S.A.	-	6.700
Dunacap SA	-	27
Dunas Capital S.A.	-	56.375
Gravity Meridian, SA	-	15
GravityOcean, SA	-	180
Grufamara	-	150.000
Imoholding	-	32.726
Aprigius	-	54.448
Ership	-	5.250
Urbimanos	-	268
	<u>1.131.755</u>	<u>538.090</u>

## 22. Órgão de Fiscalização

Os nossos auditores são a Ernst & Young Audit & Associados.

Os montantes dos honorários do Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas, durante os anos de 2016 e 2015 foram os seguintes:

	2016	2015
Revisão Legal de Contas	7.100	7.100
Controlo Interno	3.300	3.300
Art.º 304 CMM	2.000	2.000
Prevenção do Branqueamento de capitais	1.400	1.400
	<u>13.800</u>	<u>13.800</u>



23. Gestão dos Riscos de Atividade

Os riscos incorridos pela Sociedade Gestora são essencialmente de natureza operativa e de "*compliance*". Os restantes riscos (liquidez, taxa de juro e de liquidação de operações cambiais), situam-se na esfera de atividade dos fundos/carteiras geridos pelas Dunas Capital - Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

O Risco Operacional define-se como o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Esta probabilidade de perda pode decorrer de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de *outsourcing*, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, a Sociedade tem implementado um conjunto de procedimentos, que dada a dimensão da sociedade, são suficientes para mitigar a probabilidade da ocorrência das situações atrás mencionadas.

As funções de *compliance* são asseguradas pelo Departamento de *Compliance*, o qual é responsável pelas funções de supervisão e controlo das atividades de intermediação financeira exercida pela Sociedade Gestora. A função de *compliance* tem como seu objetivo assegurar que as atividades prosseguidas pela Sociedade se desenvolvem em conformidade com as regras de boa deontologia e no respeito das leis e regulamentos que disciplinam a atividade financeira.

## ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Quanto à organização societária, a Sociedade adota o denominado modelo clássico, tal como descrito no artigo 278.º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais ("CSC"). A estrutura de administração e fiscalização da sociedade compreende um Conselho de Administração e um Fiscal Único.

Os órgãos sociais da Sociedade são a Assembleia Geral e o Conselho de Administração, sendo lavradas atas de todas as reuniões destes órgãos.

### a) Assembleia Geral

As atribuições da Assembleia-Geral decorrem essencialmente dos estatutos da sociedade e das responsabilidades e deveres legalmente definidos. A Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos previstos na Lei e nos estatutos da sociedade.

A Mesa da Assembleia é composta por um Presidente e um Secretário eleitos entre os acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas, ou seus representantes, com direito a, pelo menos, um voto e as suas deliberações obrigam todos, ainda que ausentes, dissidentes ou incapazes.

A Assembleia Geral deve ser convocada sempre que a lei o determine, o Conselho de Administração ou o Fiscal Único entendam conveniente, ou quando requerido por um ou mais acionistas que detenham no mínimo ações correspondente a pelo menos 5% do capital social.

A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos, exceto nas deliberações sobre alteração do pacto social, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, nomeação e destituição dos membros do Conselho de Administração, dissolução e liquidação da sociedade, aumento do capital social e reembolso antecipado de suprimentos, onde as deliberações têm de ser aprovadas por um mínimo de 70% dos votos emitidos.

Os aumentos de capital são aprovados pela Assembleia Geral, a qual definirá as respetivas condições de subscrição e formas de realização.

Os acionistas têm direito de preferência na subscrição de ações representativas de aumento de capital, salvo se tal direito for limitado ou suprimido por deliberação da Assembleia-Geral.

A Assembleia Geral reúne com uma periodicidade mínima anual, tendo como principais competências analisar e aprovar o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, bem como deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

É também função da Assembleia Geral proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Presidente: Dr. André Luiz Gomes

Secretário: Dra. Florbela de Almeida Pires

#### **b) Conselho de Administração**

As atribuições do Conselho de Administração decorrem essencialmente dos estatutos da sociedade e das responsabilidades e deveres legalmente definidos, bem como daqueles que lhe são delegados pela Assembleia Geral, nos termos e limites por esta definida.

É o órgão administrativo e representativo da Sociedade, formado por um número ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo nove administradores.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, em mandatos de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição e é composto por um Presidente e dois Vogais

O Conselho de Administração é o responsável pela gestão corrente das atividades, sendo da sua competência o estabelecimento das políticas adequadas à gestão dos diversos riscos da atividade.

As reuniões do Conselho poderão ter uma natureza alargada se e quando os seus membros entenderem convidar os diretores.

Presidente: Dr. Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes

Vogais: Dr. Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto

Dr. Pedro Fernandes e Fernandes

#### **c) Órgão de Fiscalização**

A fiscalização da Sociedade compete a um Fiscal Único, havendo um suplente, ambos eleitos por um período de dois anos, pela Assembleia Geral, devendo ambos ser Revisor Oficial de contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

Fiscal Único Efetivo Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. (SROC nº 178)  
representada por Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

Fiscal Único Suplente Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

#### **Práticas de Governo Societário**

A Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A., foi constituída, sob a forma de Sociedade Anónima, em 6 de agosto de 2003.

A sede social situa-se no Largo Duque de Cadaval, nº 17, 1º andar, 1200-160 Lisboa.

O objeto social consiste na administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário.



A Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. tem um capital social de 1.206.000 euros, representado por 1.206.000 ações de valor nominal de 1 euro integralmente subscrito e realizado. As ações são nominativas sendo a seguinte a estrutura acionista:

**Dunas Capital – Gestão de Activos – SGFIM S.A.  
Estrutura Acionista**

Nome do acionista	Capital	% Capital	Nº ações	Nº votos
Zedh Capital S.A.	1.206.000 euros	100%	1.206.000	1.206.000

Os membros dos órgãos sociais são designados por um período de três anos, sendo que à data deste relatório de gestão a estrutura societária resulta da nomeação dos órgãos sociais efetuada para o triénio 2013/2015.

De referir que em 5 de julho de 2016 reuniu-se a Assembleia Geral da Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário tendo sido, por unanimidade, aprovada a nomeação dos órgãos sociais da Sociedade para o triénio 2016-2018.

Relativamente ao triénio anterior de referir que para além dos três administradores executivos cujos mandatos foram renovados, foram igualmente nomeados dois administradores sem funções executivas, um dos quais foi nomeado como administrador não executivo independente, dando cumprimento ao disposto no artigo 14º, nº1, alínea j) e artigo 31º-A do RGICSF.

O pedido de autorização para o exercício de funções dos membros do órgão de administração foi instruído junto do Banco de Portugal aguardando-se a sua aprovação.

No desenvolvimento da nossa atividade procuramos assegurar a competência técnica dos recursos humanos e pautar a nossa atuação pela integridade e ética como base da nossa reputação bem como pela transparência e exigência com que trabalhamos com os nossos clientes.

Os procedimentos e a estrutura organizativa implementada procura assegurar critérios de bom governo societário, dos quais se destacam segregação de funções e implementação e monitorização de controlos de gestão e riscos.

Todos os administradores em exercício possuem competência técnica e experiência profissional adequadas ao exercício das suas funções, observando deveres de cuidado devendo igualmente cumprir as obrigações resultantes dos deveres de diligência, lealdade, confidencialidade e o estrito cumprimento da lei.

As tarefas atribuídas a cada elemento do Conselho de Administração tem em consideração a competência técnica e experiência de cada um dos membros.

O valor anual das remunerações do Conselho de Administração ascende a € 202.790.

O Fiscal Único aufer a remuneração anual de € 7.100.

Não existem acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos.

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Toda a informação sobre a Sociedade e sobre os Fundos de Investimento Mobiliário, objeto da sua atividade, para além de estarem disponíveis na sede da Sociedade Gestora, são disponibilizados no site de internet [www.dunascap.com](http://www.dunascap.com) bem como na CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) sem prejuízo do envio gratuito dos mesmos, sempre que solicitado.

## DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

### I. Enquadramento:

Nos termos do artigo 2.º, n.º 1 da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, do artigo 78.º, n.º 1 da Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro e do Anexo I a esta lei ("Lei") e do Aviso 10/2011 do Banco de Portugal, vem o Conselho de Administração da Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. ("**Sociedade**"), apresentar a política de remuneração dos seus Órgãos de Administração e do Fiscal Único.

Acresce que, no cumprimento do disposto no artigo 78.º, n.º 2, alínea b) da Lei, a presente Política de Remuneração é aplicável aos demais colaboradores da Sociedade, responsáveis pela assunção de riscos e funções de controlo (doravante designados por "**Colaboradores**").

Este documento visa pormenorizar os princípios orientadores adotados e o modo como se pretende assegurar a necessária mitigação dos riscos de gestão e o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização com o interesse da Sociedade.

A presente Política, no que concerne aos princípios gerais de remuneração, deverá ser revista anualmente, sendo simultaneamente sujeita a uma análise interna centralizada e independente, por parte da Assembleia Geral.

### II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido, devendo continuar a ser, os seguintes:

- a) Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura da Sociedade;
- b) Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo eficaz, que desincentive a assunção excessiva de riscos, e a existência de conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Atração e motivação dos melhores profissionais para as funções a desempenhar na Sociedade, garantindo a estabilidade no exercício das respetivas funções dos membros dos órgãos sociais, compensada com a devida remuneração;
- e) Retribuição adequada, em condições de mercado, da atividade desenvolvida e dos resultados obtidos, no quadro das respetivas competências e responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados na Sociedade;



- f) Compensação pelo aumento de eficiência e produtividade, assim como da criação de valor a longo prazo para os acionistas, através da definição e implementação de um sistema de incentivos associados à obtenção de metas quantificáveis do ponto de vista económico, financeiro e operacional, definidos tendo em vista o crescimento sustentável dos resultados da Sociedade.

### III. Política da Sociedade

Em conformidade com o exposto, a Política de Remuneração deve estar diretamente relacionada com o risco e a dimensão que a instituição pode assumir por si e ao mesmo tempo pelo risco sistémico que assume perante o mercado.

A Política de Remuneração, sempre que aprovada ou revista, estará acessível a todos os colaboradores e será do conhecimento destes.

A avaliação do desempenho é vista como uma técnica de gestão que visa melhorar a performance individual e coletiva, tornando os sistemas de recompensa mais justos e ao mesmo tempo criando uma maior motivação nos colaboradores.

Será feita uma avaliação do desempenho dos colaboradores, tendo em consideração critérios de natureza financeira e não financeira, designadamente por via do desempenho da área funcional e avaliação de competências, tendo em consideração os seguintes critérios:

- a) Desempenho da sua área funcional, designadamente através do seu planeamento, organização e controlo;
- b) Respeito pelas regras internas da Sociedade e por aquelas que lhes sejam diretamente aplicáveis;
- c) Assiduidade;
- d) Capacidade de análise e decisão;
- e) Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- f) Envolvimento com a organização;
- g) Ideias e contribuições apresentadas ao Conselho de Administração.

Estes critérios serão objeto de análise pelo Conselho de Administração.

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remuneração dos titulares dos Órgãos Sociais e Colaboradores deve enquadrar-se nas diretrizes da Sociedade formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no setor;
- b) As diretrizes refletem-se ainda no processo de avaliação dos administradores e Colaboradores que, em síntese, é o seguinte:
  - (i.) O Presidente do Conselho de Administração é avaliado pela Assembleia Geral;
  - (ii.) Os restantes Administradores são avaliados pelo Presidente do Conselho de Administração da própria Sociedade;
  - (iii.) Os Colaboradores são avaliados pelo Conselho de Administração;

#### **Remuneração do Órgão de Administração**

A remuneração dos membros executivos do Órgão de Administração tem como intuito assegurar uma remuneração competitiva no mercado, e que constitua elemento impulsionador de um elevado desempenho individual e coletivo, permitindo estabelecer e atingir metas ambiciosas de acelerado crescimento da Sociedade e adequada remuneração dos seus acionistas.

Ademais, a presente Política de Remunerações visa permitir uma adequada compensação aos Administradores pelo desempenho sustentado da Sociedade no longo prazo, bem como a satisfação dos interesses societários e acionistas naquele enquadramento temporal.

Neste âmbito é aprovado que todos os membros executivos do Órgão de Administração auferem uma Remuneração Fixa a qual é estabelecida da seguinte forma:

- a) Paga 14 vezes por ano;
- b) Composta pela remuneração base e outras prestações pecuniárias, como subsídio de almoço ou outras devidas nos termos legais ou contratuais;
- c) É determinada tendo em conta os serviços prestados pelos mesmos, a avaliação de desempenho, as referências do mercado e os resultados da Sociedade, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- d) Aplicada de acordo com os limites que forem fixados anualmente pela Assembleia Geral.

Não se encontra definida ou aprovada qualquer Política de Remuneração variável para os membros executivos do Órgão de Administração.

### **Remuneração do Fiscal Único**

O Fiscal Único é unicamente remunerado nos termos do contrato de prestação de serviços de revisão das contas celebrado com a Sociedade, nos termos do qual são desempenhadas funções de Revisor Oficial de Contas. A respetiva remuneração, em montante fixo, é determinada em linha com os critérios e práticas utilizados no mercado, atenta a sua dimensão, bem como do negócio, em Portugal, tendo em vista a prossecução da respetiva atividade de fiscalização em linha com o interesse da Sociedade e dos respetivos *stakeholders*. Adicionalmente, a remuneração do Fiscal Único não inclui qualquer componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade ou do seu valor.

### **Remuneração dos responsáveis pela assunção de riscos e / ou cujas funções têm um impacto material no perfil de risco da Sociedade ("Colaboradores")**

A remuneração dos Colaboradores deve constituir incentivo para que a sua atuação se encontre alinhada com os interesses de médio / longo prazo da Sociedade.

A remuneração deve ser adequada a uma gestão de riscos sã e prudente de forma a não incentivar a assunção de riscos superiores aos adequados à Sociedade.

A remuneração dos Colaboradores consiste unicamente na atribuição de uma remuneração fixa de acordo com o contrato de trabalho estabelecido o qual atende necessariamente à função, experiência profissional relevante e à responsabilidade das funções em causa.

A remuneração fixa está sujeita aos seguintes princípios:

- a) Paga 14 vezes por ano;
- b) Composta pela remuneração base e outras prestações pecuniárias, como subsídio de almoço ou outras devidas nos termos legais ou contratuais;
- c) É determinada tendo em conta os serviços prestados pelos mesmos, a avaliação de desempenho, as referências do mercado e os resultados da Sociedade, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;

Não se encontra definida ou aprovada qualquer Política de Remuneração variável para os colaboradores.



## **Certificação Legal das Contas**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Dunas Capital - Gestão de Activos- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.231.703 euros e um total de capital próprio de 904.734 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 205.796 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Dunas Capital - Gestão de Activos- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas no Aviso 5/2005 do Banco de Portugal.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Ênfase**

Chamamos a atenção para o facto da Sociedade ter procedido à reexpressão das demonstrações financeiras de 2015, em virtude do reconhecimento de custos incorridos naquele exercício com serviços de Advogados no âmbito da constituição do Fundo Vega, FCR.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas no Aviso 5/2005 do Banco de Portugal;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa

opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de abril de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)  
Registado na CMVM com o nº 20160373



## **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Dunas Capital - Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Acompanhámos a atividade da empresa no exercício tendo efetuado os seguintes procedimentos:

Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;

Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;

Apreciámos os princípios de base do controlo interno;

Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade e outros;

Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;

Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;

Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



## **Parecer do Fiscal Único**

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da Dunas Capital - Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2016 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2016 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais.
- (c) O Balanço, as Demonstrações do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2016 satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;

Lisboa, 28 de abril de 2017

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)  
Registado na CMVM com o nº 20160373